

Nacionalidade — Portuguesa
Formação académica:

1994 — Licenciatura em Engenharia Agrícola, Universidade de Évora.

2007 — Pós-Graduação em Viticultura & Enologia por frequência c/ aproveitamento do IV Mestrado em Viticultura & Enologia, UTL/ISA, UP/FC e INIA/EVN.

2006 — Pós-Graduação em Gestão da Qualidade e da Segurança Alimentar, NISQA — Escola Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

2014 — Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), ministrado pelo INA.

2016 — Programa de Direção de Empresas (62.º PDE), AESE/IESE Business School.

Experiência profissional:

2015-2018 — Chefe de Divisão do Gabinete de Coordenação e Avaliação da Atividade Inspetiva (em regime de substituição).

2014-2015 — Inspetor Chefe da Divisão de Coordenação e Avaliação da Atividade Inspetiva.

2013-2015 — Participação no Projeto EMPACT — Prioridade “*Counterfeit Goods*” na qualidade de responsável nacional, tendo assegurado a participação nacional nas diversas reuniões de coordenação na EURO-POL e a articulação nacional com as forças e serviços de segurança nas reuniões realizadas sob a égide do Sistema de Segurança Interna (SSI).

2014-2015 — Participação como perito nacional na Food Fraud Network da Comissão Europeia — DG SANTE.

2015 — Designado junto da Comissão Europeia (DG SANTE) como Ponto de Contacto dos Planos de Controlo Coordenado do Mel e do Pescado, com vista a determinar a prevalência de práticas fraudulentas na comercialização de géneros alimentícios.

2007-2014 — Inspetor Superior da carreira de Inspeção Superior da ASAE na Unidade Nacional de Operações, responsável pelo Planeamento das Ordens de Operações, a nível nacional, das inspeções realizadas no âmbito do setor vitivinícola, bem como na área económica, Segurança e Ambiente e Práticas Comerciais, tendo representado a ASAE em vários fóruns internacionais (Grupo Pompidou na qualidade de perito, Projeto BACCUS garantindo a sua execução a nível nacional, Sistema Rápido Alerta — RAPEX na qualidade de Ponto Focal da fiscalização), e ainda tendo sido nomeado como perito dos Tribunais em diversas audiências de julgamento de Mega Processos, no âmbito do setor vitivinícola, álcool e bebidas espirituosas.

2006-2007 — Unidade Central de Investigação e Fiscalização realizando ações de fiscalização e de investigação de complexidade ou de risco elevado.

2000 — 2006 — Chefe de Divisão de Fiscalização Vitivinícola I do IVV garantindo na área de atuação da DFVI (Minho, Douro e Trás-os-Montes) a fiscalização de toda a fileira visando o cumprimento das regras e normas em vigor no âmbito da disciplina geral do sector.

1995 — 1999 Técnico Superior do IVV, tendo desenvolvido funções de fiscalização no Corpo Técnico de Fiscalização, na DFV III — Santarém, na DFV III — Azeitão e na Direção de Serviços de Fiscalização Vitivinícola em Lisboa, bem como exercendo funções de perito junto dos Tribunais em audiências de julgamento de processos relacionados com matérias do setor vitivinícola.

Outras atividades e formação complementar:

2005 — Seminário de Alta Direção — para Dirigentes da Administração Pública, ministrado pelo INA.

2005 — Nomeado para o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do “Caderno de Encargos” para a constituição de Entidades Certificadoras do setor vitivinícola.

2004 — Nomeado como Perito da CNOIV no Grupo de Enologia.

2003 — Perito da Comissão Europeia (DG-Agricultura), integrando o Corpo de Agentes Específicos da Comissão para o Sector Vitivinícola, tendo participado em auditoria comunitária ao sistema de Certificação de Denominação de Origem “BORDEAUX”.

2000 e 2001, tutor de estágios profissionais, no âmbito da Regulação Vitivinícola.

1997 — Ministrou Cursos de Formação de Viticultura, para Agricultores.

1994 — Curso de Formação de Formadores, homologado pelo IIEFP.

1997-2014 — Cursos de Formação específicos nas áreas de Regulação Vitivinícola, Técnicas de amostragem e Conservação de amostras, Análise Sensorial em Vinhos, Auditoria, Inspeção, Investigação Criminal, Segurança Alimentar, Técnicas de Negociação e Competências Europeias pelo CENAD, Planeamento Operacional pelo ISPJCC, Vigilância e Reconhecimentos, ICSMS, RAPEX, RIPE, Gestão e Fiscalização de Espaços de Jogo e Recreio, Integração de Recursos Técnicos, Informática, no âmbito do Programa “*Better Training for Safer Food*” da Comissão Europeia, o curso de “Auditoria de Sistema e condução de Auditoria”, e o curso de “E-Commerce na área alimentar”.

2014-2015 — No âmbito do Projeto EMPACT, participou como orador em diversos Seminários e Conferências, promovidos pela EURO-POL, INTERPOL, CEPOL e OHIM, relacionados com a fiscalização da Fraude Alimentar e da contrafação de bens de consumo, tendo como público-alvo Autoridades policiais europeias e de países terceiros, Autoridades Aduaneiras, magistrados, representantes de Agências europeias e representantes do sector privado.

2015 — Participou como formador e perito na Ação de Formação conjunta CEPOL — OHIM (EU Observatory) intitulada “*Goods and intellectual properties counterfeiting*”, no painel subordinado ao tema “*Best practices on administrative measures*” e tendo como público-alvo oficiais sênior das Polícias e Alfândegas europeias, magistrados e representantes de diversas Agências europeias.

311268448

Direção-Geral de Energia e Geologia

Despacho n.º 4005/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 4 artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, na sua atual redação, delego no Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Minas e Pedreiras (DSMP) José Carlos da Silva Pereira, designado pelo Despacho n.º 6068/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 6 de maio de 2016, as competências de determinar a realização de exames para operação de cédulas de operador de explosivos, emitir parecer e fiscalizar o armazenamento, uso e emprego de pólvoras e de produtos explosivos, nos termos, respetivamente, dos artigos 30.º e 31.º do Regulamento sobre o Fabrico, Armazenagem, Comércio e Emprego de Produtos Explosivos e do artigo 16.º do Regulamento sobre a Fiscalização dos Produtos Explosivos, ambos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro, na sua atual redação, assim como de emitir parecer sobre o emprego de pólvora e de explosivos na lavra de pedreiras, ao abrigo do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na sua atual redação.

Para os devidos efeitos, poderá ser subdelegada, pelo Diretor de Serviços da DSMP nos termos legais, as supra enunciadas competências nos chefes de divisão da DSMP.

A presente delegação de competências produz efeitos a partir da data da assinatura do presente despacho.

10 de abril de 2018. — O Diretor-Geral, *Mário Jorge Ferreira Guedes*.
311266788

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho Normativo n.º 7/2018

De acordo com os dados registados no âmbito da monitorização agrometeorológica e hidrológica, manteve-se, durante os primeiros meses do corrente ano, a situação de seca em Portugal Continental, com o consequente agravamento dos seus impactos negativos nas atividades agrícolas.

Com efeito, no ano hidrológico 2016/2017, a precipitação correspondeu a 70 % do valor normal, referente à média de 1971 a 2000, caracterizando-se o período de abril a setembro de 2017 por intensa seca e elevadas temperaturas. Por sua vez, no ano hidrológico 2017/2018 persistiu o défice de precipitação, que atingiu 57 % do valor normal em final de janeiro e 65 % no final de fevereiro, sendo este o décimo primeiro mês consecutivo com precipitação abaixo do normal.

Da anomalia da precipitação verificada no último ano e meio resultou que este período se registasse como o mais seco, comparativamente a períodos homólogos desde 1931.

A partir de abril de 2017 registou-se um agravamento da situação de seca que evoluiu, em todo o território continental, para uma situação de seca severa (24,8 % do território) e extrema (75,2 % do território) no primeiro mês do atual ano hidrológico, correspondente a outubro de 2017. É ainda de registar que, pese embora a partir dessa data se tenha registado uma ligeira atenuação, face aos dados disponíveis no final de fevereiro de 2018, praticamente todo o território continental se encontrava em situação de seca: 3,7 % em seca fraca, 11,4 % em seca moderada, 83,1 % em seca severa e 1,3 %, em seca extrema.

O défice prolongado de pluviosidade teve, consequentemente, implicações ao nível das reservas hídricas, encontrando-se os armazenamentos totais, em fevereiro de 2018, por bacia hidrográfica, com reservas

inferiores às médias de fevereiro (1990/91 a 2016/17). Esta situação, aliada à não recuperação dos níveis de água subterrânea, comprometeu a garantia de disponibilidade de água para a campanha agrícola.

As condições climáticas descritas, comprovadas pelos dados meteorológicos, têm vindo a afetar significativamente as atividades agrícolas, designadamente as sementeiras das culturas de outono-inverno e a obtenção de recursos forrageiros para alimentação animal, ambos impossibilitados pela secura do solo, o que coloca em risco a viabilidade das explorações agrícolas afetadas por esta situação. A recuperação registada tendo em conta os valores de precipitação verificados em março, não anula efeitos das condições precedentes.

Atenta a sua gravidade, importa reconhecer que a situação de seca agrometeorológica no território continental, declarada pelo Despacho n.º 6399/2017, de 18 de julho, publicado no *Diário da República*, n.º 141/2017, Série II, de 2017-07-24, se manteve até 1 de março, sendo objeto de revisão em função da evolução agrometeorológica.

Pelas mesmas razões impõe-se igualmente adotar medidas que salvaguardem os beneficiários de apoios da Política Agrícola Comum da aplicação de penalizações nos respetivos regimes de apoio, designadamente a norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), «Cobertura mínima dos solos», no âmbito da condicionalidade.

Assim, nos termos e ao abrigo dos Regulamentos (UE) n.ºs 1306/2013 e 1307/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comissão, de 11 de março, determina-se o seguinte:

1 — É reconhecida a manutenção da situação de seca agrometeorológica no território continental, declarada pelo Despacho n.º 6399/2017, de 18 de julho, publicada no *Diário da República*, n.º 141/2017, Série II, de 24 de julho de 2017.

2 — É prorrogada a vigência, no ano de 2018, do Despacho Normativo n.º 12/2017, de 12 de setembro, que estabelece um regime de excecional, em 2017, da norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), «Cobertura mínima dos solos».

3 — O presente despacho normativo produz efeitos até 1 de março de 2018, sendo objeto de revisão face à evolução da situação agrometeorológica.

12 de abril de 2018. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*.

311274328

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Despacho n.º 4006/2018

1 — Nos termos do disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, torna-se público que, por meu despacho de 19 de março de 2018, foi homologada a lista de classificação final do concurso interno de ingresso aberto pelo Aviso n.º 8665/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 3 de agosto, para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., na categoria de Especialista de Informática Grau 1 Nível 2, da carreira de Especialista de Informática (carreira não revista), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Do ato de homologação pode ser interposta recurso hierárquico nos termos do disposto do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

3 — A lista homologada encontra-se afixada em local visível e público das instalações do INIAV, I. P., encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.inia.pt/menu-de-topo/quem-somos/recursos-humanos/recrutamento-e-selecao/procedimentos-concursais>.

2 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

311256898

MAR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 4007/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como Técnica Especialista do meu Gabinete, a licenciada Vanda Cristina Lopes Nunes.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de assessoria na sua área de especialização.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

12 de abril de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

Vanda Cristina Lopes Nunes nasceu em Alpiarça a 10 de setembro de 1971. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1994. Concluiu o estágio de advocacia pela Ordem dos Advogados de Lisboa e exerce advocacia até 2005.

Em dezembro de 2001 foi eleita Vereadora da Câmara Municipal de Alpiarça, e em outubro de 2005, foi reeleita, sendo nomeada Vice-Presidente, sendo titular de vários pelouros, nomeadamente, Educação, Cultura, Recursos Humanos e Ação Social.

Em novembro de 2008, tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, cargo que ocupou até 30 de outubro de 2009.

Em fevereiro de 2010 é nomeada, pela Senhora Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT). É no exercício das funções de Vice-Presidente da CCDR LVT, com as áreas de cooperação, municípios e desenvolvimento regional que organiza em 2010 o Open Days Bruxelas, o ciclo de Conferências sobre Crescimento Azul dirigido às Regiões Europeias, em estreita colaboração com a DG Régio, DG Mare e Comité das Regiões e em 2011 a Conferência Europeia de Lançamento da Estratégia Atlântica, Lisbon Atlantic Conference.

Em abril de 2012 é nomeada, por deliberação da CML, Administradora da Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, cargo que exerce até fevereiro de 2014. Nesse mesmo ano é também designada pelo Presidente da CML, Dr. António Costa, Sua Representante no Fórum do Atlântico Portugal — Plano de Ação da Estratégia Europeia para o Atlântico.

Desde fevereiro de 2014, é Assessora para os Assuntos do Mar da CML, na Equipa de Missão Lisboa Europa 2020 e Gabinete do Vice-Presidente, trabalhando na Estratégia de Lisboa, Cidade Atlântica, Conhecimento e Economia do Mar. Na CML propõe ações de cooperação que possam contribuir para a mobilização da Cidade para a importância do Mar e fruição do Rio, colabora na organização de grandes eventos nacionais e internacionais, como a Tall ships e Volvo Ocean Race, e bem assim projeta e acompanha a implementação de programas que integram a política municipal traçada para o Mar, na inovação e empreendedorismo, ensino e formação como o projeto LOIC e o Clubes de Mar — sailing at school. Integra, em representação da CML, o Conselho Estratégico para a Economia do Mar da AIP.

311274166

Despacho n.º 4008/2018

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista no meu gabinete, José Manuel de Carvalho Martins.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2017.

12 de abril de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: José Manuel de Carvalho Martins
Data de nascimento: 18/11/1964
Naturalidade: Português

II — Formação Académica:

Escolaridade: 12.º ano.
Curso Geral e Complementar de Eletrotécnica
Curso Comunicação no Atendimento
Curso de Comunicação e Comportamento Organizacional

III — Percorso profissional:

Motorista do Gabinete do MAI desde 1/12/2015
Motorista da SGMAI desde 1/01/2012
Motorista da SGMOPC desde 1/01/2012
Encarregado de Manutenção na Firma Cascais Jardim Gerente e Artista Plástico na Galeria de Arte Picasso
Sócio-Gerente da Firma JMC Martins L.ª
Sócio-Gerente da Firma Fabrotecnica

311274182